

# Superior Tribunal de Justiça

**AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.492.286 - SP  
(2019/0116199-6)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**AGRAVANTE : VALDIR JOAO MACENO**  
**ADVOGADO : SAMUEL BIANCO BAPTISTA - SP137631**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**INTERES. : EVANDRO DOMINGUES FERNANDES**  
**ADVOGADO : CARLOS EDUARDO DA COSTA - SP159613**

## DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto contra a decisão de fls. 347/348, da Presidência desta Corte, que não conheceu do agravo em recurso especial, em razão da ausência de impugnação específica dos fundamentos da decisão recorrida.

A defesa alega que: *"(...) muito embora não tenha havido menção expressa da Súmula 182/STJ nas razões do agravo em recurso especial interposto, de sua simples leitura se verifica que referido fundamento restou cabalmente rebatido, pois foi mencionado diversas vezes, não só os dispositivos legais tidos por violados, como também seus respectivos parágrafos e alíneas, quais sejam: Artigos 158, 167, 184 e 564, III, b, todos do código de Processo Penal"* (fl. 356).

O Ministério Público Federal apresentou contraminuta ao agravo regimental (fls. 371/375).

É o relatório. Decido.

O agravo regimental merece provimento.

De fato, houve equívoco na decisão agravada, porquanto, embora não tenha impugnado a incidência da Súmula n. 182/STJ, entendo que referido fundamento não tem aplicação no julgamento do recurso especial, vez que se restringe ao agravo.

Impugnado o fundamento referente à Súmula n. 07/STJ, o agravo em recurso especial atendeu aos requisitos de admissibilidade. Portanto, conheço do agravo.

Passo à análise do recurso especial.

A defesa aponta violação ao disposto nos arts. 158, 167, 184 e 564, III, "b" do Código de Processo Penal. Sustenta, em síntese, que o delito de denúncia caluniosa exige a confecção de laudo pericial, por se tratar de infração que deixa vestígios.

# Superior Tribunal de Justiça

A irresignação não merece prosperar.

Dispõe o art. 158 do CPP que, quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.

Todavia, no caso dos autos, o delito de denunciação caluniosa não deixa vestígios, sendo dispensável a confecção do respectivo laudo pericial. A materialidade, em tais casos, pode ser constatada pela ponderação do julgador a respeito de outros elementos probatórios, como previsto no art. 167 do Código de Processo Penal.

Nesse sentido:

**AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR. TROCA DE PLACAS. NULIDADE PROCESSUAL. NÃO REALIZAÇÃO DE EXAME PERICIAL. AUSÊNCIA DE VESTÍGIO. ADULTERAÇÃO COMPROVADA POR DEPOIMENTOS TESTEMUNHAIS. RECURSO DESPROVIDO.**

***1. De acordo com diversos precedentes firmados nesta Corte, nas hipóteses em que os delitos não deixam vestígios não há necessidade de realização de exame pericial, podendo tal ausência ser suprida por provas testemunhais.***

***(...)***

***3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 1366117/SE, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 12/12/2018 - Grifo Nosso).***

Ante o exposto, dou provimento ao agravo regimental para conhecer do agravo e negar provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator